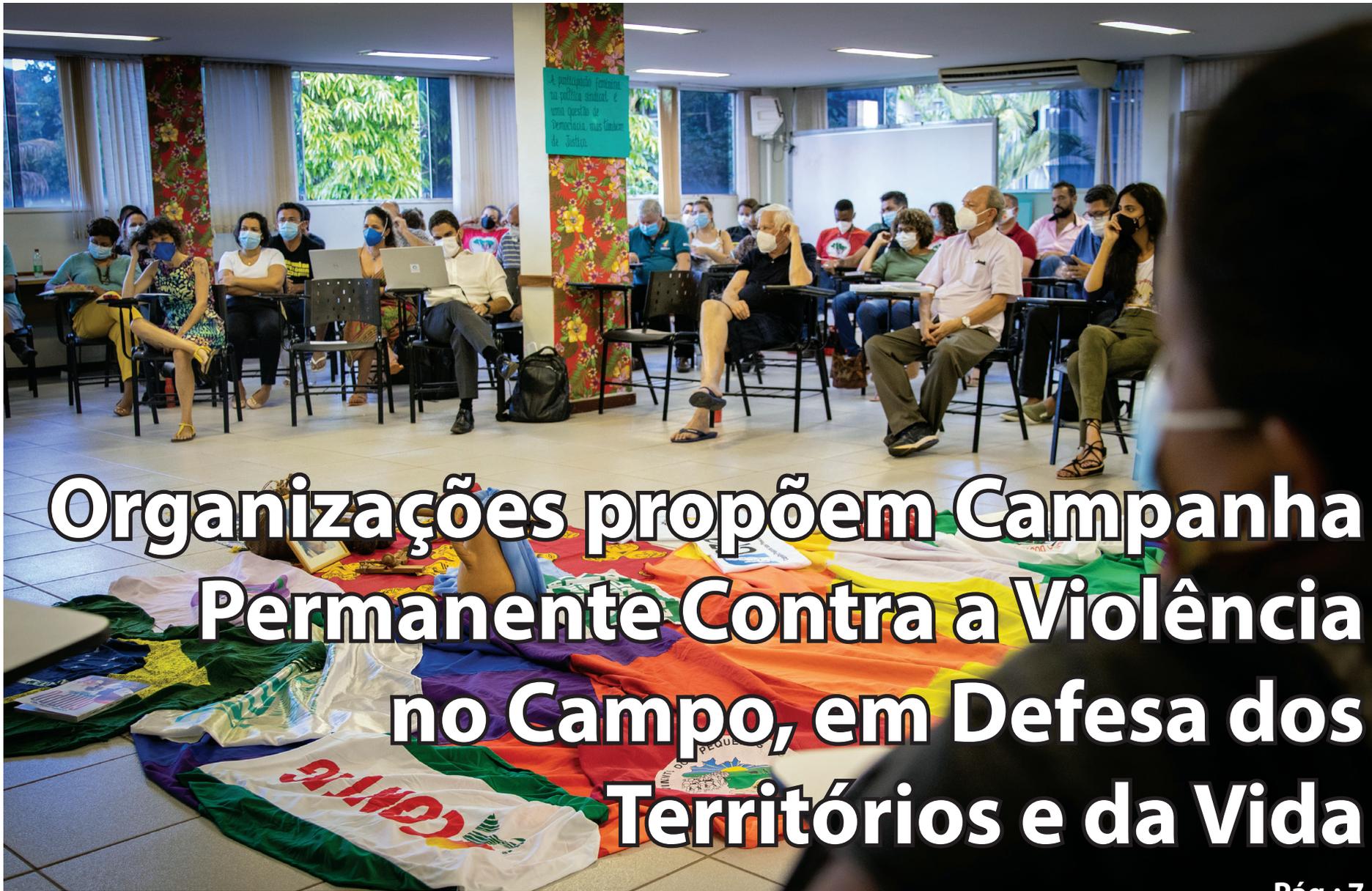




PASTORAL DA TERRA

Abril a Junho de 2022 Ano 47 – Nº 255

Foto: Amanda Costa



Organizações propõem Campanha Permanente Contra a Violência no Campo, em Defesa dos Territórios e da Vida

Pág.: 7

Foto: Amanda Costa



"Conflitos no Campo Brasil 2021" é lançado em Brasília

Págs.: 8 e 9

EDITORIAL

Manifesto sobre as Eleições 2022

*Caminhamos com as comunidades
e povos tradicionais, com os campesinatos*

Num contexto de novos e velhos autoritarismos, mercantilização da vida, crise climática, guerras e pandemias, em confronto ao bem maior de todos/as e da natureza, Casa Comum, o processo eleitoral ocupa uma dimensão de especial importância. Diante desse grave momento, sentimo-nos provocados/as a reafirmar a nossa missão profética junto aos povos da terra, das águas e das florestas, e manifestar através da Diretoria e Conselho Nacional da CPT, nossa posição acerca das eleições federais e estaduais de 2022.

Bem sabemos pelo contexto histórico que o processo de construção da democracia no Brasil conta com mais atropelos e retrocessos do que avanços consolidados e permanentes. Na verdade, o povo – razão alegada da democracia – é sub e mal representado, pois sofre as consequências de medidas tomadas com o único objetivo de favorecer a acumulação de bens públicos em favor dos de sempre: as elites proprietárias que nunca abrem mão de seus privilégios.

Desde o golpe de 2016, após o impeachment de Dilma Rousseff e a prisão arbitrária do ex-presidente Lula, com base em processos ilegais, a escalada de retrocessos na democracia só se amplia, e chega ao máximo com o atual presidente. Um ex-capitão expulso do Exército, parlamentar obscuro, chefe de uma família de políticos profissionais e venais, neofascista, comprometido com o mercado financeiro em detrimento das políticas públicas no país.

O autoritarismo adotado pelo governo recente é o mesmo que caracterizou alguns governos do século XX, potencializado pelas tecnologias da informação e pelas redes virtuais de comunicação – é usado para espalhar notícias falsas, desfazer conquistas sociais, subtrair direitos, e em contrapartida, encarecer a vida, alimentar o racismo e o machismo, confrontar os outros poderes da República, armar a população, violentar ainda mais o cotidiano da sociedade, reconcentrar a terra, retroceder em políticas ambientais, favorecer de novo o agronegócio, assaltar Amazônia; tudo com o apoio de congressistas comprados, o Centrão, com um orçamento paralelo – as tais emendas parlamentares sem transparência – a favorecer deputados e senadores de seu grupo e suas bases eleitorais.

A face mais mórbida deste governo revelou-se na gestão criminosa da pandemia da Covid-19, que já vitimou até agora cerca de 6,31 milhões, com mais de 668 mil mortes – o segundo pior desempenho em todo o mundo! A situação do país só não é pior devido à solidariedade de pessoas, das comunidades, das organizações e dos movimentos populares.

Os episódios sinalizam a queda da popularidade do presidente, e em recusa obstinada à sua provável derrota, ansiada pela maioria do eleitorado, ele questiona o sistema eleitoral, um dos mais modernos, ágeis e transparentes do mundo.

Apesar de tudo, temos a oportunidade de retomar os rumos da fragilizada democracia nestas eleições. Nessas eleições, assim como em outras, a CPT não assume candidaturas específicas, mas conchama seus/suas agentes à participação consciente, regida por critérios éticos, sendo respeitados os marcos do trabalho pastoral – ao apoio político a candidaturas camponesas ou comprometidas com a pauta da reforma agrária, da demarcação das terras indígenas e dos territórios dos povos e das comunidades tradicionais, da ecologia e da agroecologia, da vida digna no campo, nas águas e nas florestas.

Um especial cuidado deve-se ter com os legislativos estaduais e federal, para que a representatividade desta diversidade da população em luta seja maior que a dos parlamentares profissionais. Para os executivos, o empenho deve se dar pela superação dos autoritarismos e do projeto neofascista. Os/as candidatos/as do campo progressista, desde já, devem assumir o compromisso de retomar a enfraquecida conexão com as bases populares. Apoiar os processos coletivos, a organização de base, a formação, a efetiva participação na construção do tão sonhado projeto popular para o Brasil. Este nosso projeto congrega ideias, valores e práticas de uma democracia real, substantiva, direta o mais possível, necessariamente anticapitalista.

Somamo-nos à Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB) no apelo a deixarmos-nos guiar, incansáveis, pela esperança que não decepciona (cfr. Carta aos Romanos 5,5) e pelo desejo de uma sociedade justa e fraterna (Mensagem ao Povo Brasileiro, 59ª Assembleia Geral da CNBB, 29/4/22). Com fé, em luta pela retomada do nosso País: socorram-nos a luz e a força de Deus, Pai e Mãe dos pobres da terra!

Diretoria e Conselho Nacional da Comissão Pastoral da Terra (CPT)
Goiânia, junho de 2022.



PUBLICAÇÕES

Yanomami Sob Ataque: Garimpo ilegal na Terra Indígena Yanomami e propostas para combatê-lo



Divulgado no dia 11 de abril de 2022, pela Hutukara Associação Yanomami (HAY), o relatório tem por objetivo descrever a evolução do garimpo ilegal na Terra Indígena Yanomami (TIY) em 2021. Trata-se do pior momento de invasão desde que a TI foi demarcada e homologada, há trinta anos. Apresenta como a presença do garimpo na TIY é causa de violações sistemáticas de direitos humanos das comunidades que ali vivem. Além do desmatamento e da destruição dos corpos hídricos, a extração ilegal de ouro (e cassiterita) no território yanomami trouxe uma explosão nos casos de malária e outras doenças infectocontagiosas, com sérias consequências para a saúde e para a economia das famílias, e um recrudescimento assustador da violência contra os indígenas.

"Eu quero que todos vocês não indígenas voltem seus olhos para esta terra! E sabem por que queremos isto? Para que todos os líderes não indígenas, venham rapidamente nos apoiar!" (Depoimento de liderança Yanomami gravado por Richard Mosse na região Palimiú em Junho de 2021)

DESMATAMENTO, GRILAGEM DE TERRAS E FINANCEIRIZAÇÃO: Impactos da expansão do monocultivo da soja no Brasil

A Rede Social de Justiça e Direitos Humanos há mais de duas décadas se dedica a pesquisar políticas agrícolas e fundiárias no Brasil e, mais recentemente, os impactos sociais e ambientais da financeirização da agricultura e da terra. Este relatório, publicado em maio de 2022, inclui uma atualização de tendências recentes sobre a agroindústria da soja no Brasil.

Nos últimos meses de 2021, após a reabertura econômica de diversos países que estabeleceram restrições em 2020 para conter a pandemia de Covid-19, verifica-se uma acelerada subida nos preços das commodities nos mercados de futuros internacionais. Tal subida vem impulsionando significativa expansão do monocultivo da soja no país, assim como o aumento do preço da terra agrícola.

A expansão em área atinge particularmente o Cerrado e a Amazônia. Nos últimos 20 anos, a região do MATOPIBA (acrônimo dos estados do Maranhão, Tocantins, Piauí e Bahia) tem sido o principal foco da expansão do monocultivo de soja. A expansão do monocultivo da soja promove queimadas, desmatamento, grilagem de terras, contaminação do solo, dos rios e da produção de alimentos de comunidades rurais. Outro impacto é a precarização do trabalho nas fazendas de soja, que muitas vezes é análoga à escravidão, gerando pobreza e fome.



É uma publicação da Comissão Pastoral da Terra – ligada à Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB).

Secretaria Nacional: Rua 19, nº 35, ed. Dom Abel, 1º andar, Centro, Goiânia, Goiás – CEP: 74030-090.

Fone: (62) 4008-6466 – **Fax:** (62) 4008-6405.

www.cptnacional.org.br / comunicacao@cptnacional.org.br

Presidente
Dom José Ionilton

Vice-Presidente
Dom Sílvio Guterres

Coordenadores Nacionais
Andréia Silvério
Carlos Lima
Isolete Wichinieski
Ronilson Costa

Redação
Cristiane Passos (Reg. Prof.: 002005/GO)
Andressa Zumpano
Mário Manzi (Reg. Prof.: 0003157/GO)
Amanda Costa (Reg. Prof.: 0004075/GO)
Rede de comunicadores da CPT

Jornalista responsável
Cristiane Passos (Reg. Prof.: 002005/GO)

Impressão
LSV Produção Gráfica Ltda.

Diagramação
Vivaldo da Silva Souza

APOIO

Brot für die Welt

CANADIAN CATHOLIC ORGANIZATION FOR
Development and Peace



MISEREOR
IHR HILFswerk

ASSINATURAS

Anual R\$ 10,00.
Pagamento pode ser feito através de depósito no Banco: Caixa Econômica Federal, Agência 4520
Operação 003
Conta/DV 648-6
IBAN BR51 0036 0305 0452 0000 0006 486C 1
SWIFT da CEF: CEFXBRSP
Razão Social COMISSÃO PASTORAL DA TERRA
CNPJ / PIX: 02.375.913/0001-18
Informações cpt@cptnacional.org.br
Tiragem: 3.000 exemplares



Mulheres de todo o Brasil participam de jornadas de luta pelo 8M

Foto: Juliana Barbosa - MST



Nutridas de indignação, mística e rebeldia, as mulheres Sem-Terra seguiram em luta durante todo o mês de março. De 07 a 14 de março de 2022 realizaram a Jornada Nacional de Luta das Mulheres Sem-Terra, que teve como lema: *Terra, Trabalho, Direito de Existir. Mulheres em Luta não vão sucumbir!* A jornada contou com ações simbólicas em várias cidades do país, com a participação das mulheres do campo e da cidade.

Juntas, em luta, as camponesas denunciaram as violências estruturantes do sistema capitalista que agride os corpos e adoce as mulheres, a mercantilização da vida, dos territórios e da na-

tureza. Pautaram, ainda, o combate ao projeto patriarcal, racista, LGBTfóbico do governo Bolsonaro, do capitalismo, do agronegócio e da mineração, e reforçaram a defesa ao projeto de Reforma Agrária Popular e a soberania alimentar. (MST)

Mobilizações alertam sociedade para deterioração de Florestas e seus povos

Foto: Juliana Pesqueira



Em vigília realizada no dia 21 de março, no Largo de São Sebastião, próximo ao Teatro Amazonas, em Manaus (AM), a Articulação das CPTs da Amazônia e o Coletivo Proteja fizeram memória de luta no Dia Internacional das Florestas. Cerca de 80 pessoas estiveram presentes, de distintas organizações e movimentos sociais parceiros, como Repam, Rede Um Grito pela Vida, Coletivo Difusão, Minha Manaus, entre outros. O ato também contou com transmissão ao vivo no Facebook.

Na ocasião, foram realizadas orações e falas em denúncia às ameaças socioambientais que a Amazônia têm sofrido. Uma mandala no chão trazia símbolos

de resistência, bandeiras e flâmulas e tinha seu perímetro formado por velas, para lembrar as vidas ceifadas. Durante a mobilização, foi realizada projeção com dados dos impactos negativos que a floresta tem sofrido.

A programação em memória ao Dia Internacional das Florestas foi iniciada por ações virtuais. No mesmo dia, CPT e Coletivo Proteja hospedaram discussão sobre o dia no Twitter Spaces. No evento foram discutidas pautas emergentes no que se refere à proteção e preservação das florestas brasileiras com foco na floresta amazônica.

(Assessoria de Comunicação da CPT Nacional)

Via Campesina: Trinta anos de lutas coletivas, esperança e solidariedade

A Via Campesina comemora seus 30 anos de vida e resistência junto aos povos do campo ao redor do mundo. No marco do dia 17 de abril, Dia Internacional das Lutas Camponesas, a Articulação divulgou uma Declaração Política, fazendo memória aos trabalhadores rurais sem-terra mortos no Massacre de Eldorado dos Carajás (PA), e dando início às comemorações de seu aniversário.

Na Declaração, a Via Campesina também comemora a colheita de grandes vitórias, como o reconhecimento e adoção da Soberania Alimentar por alguns países e o reconhecimento e apoio à prática da Agroecologia pela Organização das Nações Unidas pela Agricultura e Alimentação (FAO), e pontua "O que precisamos de governos e instituições para continuar alimentando o mundo?". O documento denuncia ainda, os níveis recordes de pobreza, fome e desigualdades em nível global, além do aumento da criminalização às demandas por justiça social e dignidade.

No dia 26 de abril, a Via Campesina realizou um ato de comemoração do seu 30º aniversário na Escola Operária Campesina "Francisco Morazán", em Manágua, Nicarágua. Participaram presencialmente militantes de organizações de 24 países da América Latina, América do Norte e Europa, com participação virtual de demais organizações e países.

60 anos da morte de João Pedro Teixeira: um dos maiores líderes camponeses do Brasil

No dia 02 de abril, em Sapé (PB), foi realizado um Ato em memória da morte de João Pedro Teixeira, líder-fundador da primeira Liga Camponesa na Paraíba. O evento foi promovido pelo Memorial das Ligas e Lutas Camponesas, com o apoio de movimentos sociais, entidades e sindicatos.

O ato promoveu uma caminhada da comunidade tradicional de Barra de Antas até o Memorial das Ligas e Lutas Campo-

nesas, culminando em apresentações culturais de artistas populares e a participação de movimentos sociais, como MST, CPT, FETAG, e também de parlamentares e partidos que defendem a causa.

João Pedro atuou como camponês e defensor do trabalho rural. Seu afincamento em prol dos trabalhadores/as rurais, fizeram dele um herói da pátria, principalmente no Nordeste, onde costumava intervir. (CPT NE II)

Movimentos populares vão às ruas contra os despejos em todo o Brasil

Foto: MST/DF

Com o objetivo de lutar pela prorrogação da Arguição de Descumprimento de Preceito Fundamental (ADPF) nº 828, que ajudou a proteger milhares de famílias no campo e na cidade ameaçadas de despejos ou remoções, a Campanha Despejo Zero e um conjunto de Movimentos e Organizações Populares convocou à tomada das ruas em todo o país com a realização do Ato Nacional Moradia pela Vida no dia 17 de março.

A ADPF, a partir de diversas mobilizações, lutas e articulações políticas, foi concedida em junho de 2021, pelo Supremo Tribunal Federal (STF). Neste primeiro momento, despejos e remoções durante a pandemia foram suspensos por seis meses. Em seguida, foi prorrogada para março deste ano e as mobilizações de 17 de



março exigiram a continuidade da ADPF.

Pouco mais de uma semana depois, no dia 30/03, o ministro Luiz Roberto Barroso prorrogou os efeitos da medida cautelar deferida na ADPF nº 828, estendendo até o dia 30 de junho de 2022 as regras que restringem ações de remoção, despejos e reintegrações de posse durante a pandemia de coronavírus. (Com informações do MST)

ARTIGO

A transferência de terras federais da União e a obrigação dos Estados

DR. MANOEL LAURO
VOLKMER DE CASTILHO

Algumas considerações ditam que a Ação Direta de Inconstitucionalidade nº 7.052, ajuizada pela CONTAG no STF, e em que a CPT e a Sociedade Maranhense de Direitos Humanos (SMDH) entraram como *amicus curiae*, tem o propósito de fazer o Tribunal mais alto do país declarar que a aplicação das Leis 10.304/2001, 13.465/2017 e 14.004/2020, que autorizaram a transferência de terras federais aos estados, só será válida se respeitar todos os requisitos e pressupostos contidos na Constituição. Esses basicamente são os que dizem respeito à destinação para a reforma agrária e a justa distribuição das terras rurais de domínio e administração federal, antes ou depois de serem efetivamente transferidas, a preservação das ocupações indígenas e quilombolas e a das áreas de conservação ambiental.

Além da transferência, por isso elas definiram a exclusão das terras federais destinadas ao serviço público federal ou a defesa e proteção do país, de tal modo que as glebas aptas a transferência coincidem com as que, enquanto ainda não transferidas, destinam-se lógica e formalmente aos programas federais de reforma agrária (art. 188 Constituição).

Com relação às terras recebidas nessas condições, pois, é certo que os estados de Roraima, Amapá e Rondônia não poderão direcioná-las a finalidades diversas que os da reforma agrária ou da distribuição fundiária.

Por força do art. 25 da Constituição, os estados devem observar a mesma inspiração constitucional das terras da União mantendo ainda a rigorosa observação da clientela legalmente prevista, tal qual fosse bem público federal, aliás, como já determina sua própria lei local.

No caso de Roraima, a Lei estadual nº 976, de 14 de julho de 2014, com a redação que lhe deu a Lei estadual nº 1.351, de 14 de novembro de 2019, arts. 17 e 65;

no caso de Amapá, a Lei Complementar nº 110, de 15 de janeiro de 2008, art. 17; e no caso de Rondônia, a Lei nº 4.892, de 27 de novembro de 2020, art. 7º c/c art. 1º e § 2º.

A compreensão natural, pois, é de que se essas terras permanecessem no domínio federal, se destinariam à reforma agrária e, portanto, uma vez transferidas aos estados igualmente, devem ser aplicadas em destinação idêntica ou semelhante.

Essa é, sem dúvida, a decorrência lógica e necessária e essa movimentação patrimonial, ante as disposições constitucionais referidas, nesse sentido não altera a natureza e vocação das ditas terras.

Ora, se as terras federais identi-

ficadas e demarcadas como determina a lei que autoriza a transferência – apesar de a Lei 14.004 ter flexibilizado de modo inconstitucional essa obrigação – passam para o patrimônio estadual, tal operação transfere também o mesmo encargo administrativo aos estados.

Assim, porque as terras só podem ser efetivamente transferidas depois de identificadas e demarcadas pela União, o que implica em instauração e realização do prévio processo de discriminação pelo qual identificam-se e separam-se as terras transferíveis de outras de proprie-

dade particular ou destinadas a interesses ou finalidades públicas federais. De qualquer sorte, acaso depois de transferidas vierem a nelas serem identificadas ocupações ou presença indígena ou quilombola, ou afetação ambiental, os estados devem promover a ressalva ou separação delas do seu próprio patrimônio e dar aplicação à distribuição fundiária como resultante da transferência recebida da União ou a destinação correspondente.

A discriminação das terras é requisito prévio indispensável para a realização da transferência das terras federais porque é pressuposto necessário para saber se as terras podem ser transferidas ou estão excluídas.

Esse dever de prévia consulta é decorrência natural da garantia constitucional da propriedade indígena e quilombola, mas também responsabilidade do Brasil e, portanto, também dos estados, como firmatário de Convenções e Tratados internacionais pelos quais se comprometeu a respeitar tais comunidades. Não pode a União promover a transferência de suas terras sem a prévia audiência dessas populações.

Cumpra à União e aos estados o respeito ao compromisso e à responsabilidade administrativa e jurídica de atender a todas essas exigências, pena de ofensa tanto aos direitos respectivos como ao regime constitucional, convencional ou internacional de que desfrutam essas populações.

Foto: Ingrid Barros



Do mesmo modo cabe à União e aos estados nas hipóteses referidas o respeito aos direitos e garantias de direito público subjetivo de proteção ambiental. Ou seja, a separação das terras a serem transferidas deve observar a vocação ambiental delas quando assim se apresentar a situação prevista na Constituição (art. 225, §1º, especialmente incisos III e VII) e excluí-las.

Como todos têm direito ao meio ambiente ecologicamente equilibrado, as terras que se destinem a essa finalidade não podem ser transferidas pela União e se porventura inadvertidamente o forem devem ser preservadas pelos estados para a mesma finalidade.

Em suma, a transferência de terras federais aos estados implica naturalmente na responsabilidade das administrações

estaduais na mesma medida que a União tem em relação as suas terras rurais, e assim os estados tanto devem obediência a legislação federal quanto aos normativos estaduais, de modo que as leis federais como as estaduais que disciplinam o patrimônio de cada qual devem ser interpretadas consoante manda a Constituição Federal.

Esse, em resumo, é o objetivo da Ação Direta de Inconstitucionalidade nº 7.052 para interpretação.

estaduais na mesma medida que a União tem em relação as suas terras rurais, e assim os estados tanto devem obediência a legislação federal quanto aos normativos estaduais, de modo que as leis federais como as estaduais que disciplinam o patrimônio de cada qual devem ser interpretadas consoante manda a Constituição Federal.

Esse, em resumo, é o objetivo da Ação Direta de Inconstitucionalidade nº 7.052 para interpretação.

VIOLÊNCIA NO CAMPO

Conflitos no Maranhão, Amapá e Roraima marcam o primeiro semestre de 2022

Assassinato de liderança quilombola no Maranhão, de uma adolescente Yanomami em Roraima e queima de casas e roças no Amapá, dão o tom da violência no primeiro semestre de 2022

ANDRESSA ZUMPARO*

Segundo dados da CPT Nacional, 19 pessoas foram assassinadas em conflitos no campo até o fim do mês de maio. O número alarmante, somente no primeiro semestre, reflete o crescimento da violência que impacta povos do campo, águas e florestas no Brasil, nos últimos anos.

Alguns territórios seguem protagonizando os rastros de violência, ameaças e mortes, causados pelo avanço do agronegócio, do garimpo e da grilagem de terras, como no estado do Maranhão, onde em dois anos, sete quilombolas foram assassinados ao denunciar o impacto do latifúndio em seus territórios; ou em Roraima, onde há um genocídio em curso contra o povo Yanomami, em decorrência do garimpo ilegal na Terra Indígena. Já no Amapá, a comunidade Parabrillho testemunhou dias de terror com o ataque de pistoleiros que espancaram agricultores e incendiaram casas e roças.

Quilombola assassinado no Maranhão

Edvaldo Pereira Rocha, presidente da Associação de Quilombolas do povoado Jacarezinho, foi assassinado a tiros no dia 29 de abril, no povoado de Bom Jardim, zona rural de São João do Soter. Segundo relatos, a liderança assassinada havia agendado depoimento durante a semana de seu assassinato para denunciar a extração ilegal de madeira na região do Quilombo Jacarezinho.

Desde o ano de 2020, este já é o sétimo assassinato de quilombolas apenas no Maranhão. Ao todo, em 2021, foram 43 ocorrências de conflitos contra quilombolas no estado, conforme consta na publicação *Conflitos no Campo Brasil 2021*, divulgada no dia 18 de abril deste ano.

O processo administrativo para a titulação do território quilombola está sob responsabilidade do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA), no entanto, ainda não foi concluído. O processo já inclui o laudo antropológico que definiu previamente os limites das

terras que pertencem historicamente à comunidade.

Durante a missa de sétimo dia de Edvaldo Pereira Rocha, assassinado em 29 de abril, Dom José Valdeci lembrou a luta por terra e por território das comunidades tradicionais e cobrou empenho para que tenhamos justiça e dignidade. *"É importante que as autoridades do Estado venham a comunidade não simplesmente para fazer fotos. Quantas coisas nesse Maranhão acontecem exatamente pela omissão, e às vezes penso que é mais que omissão, é convivência. Quantas coisas acontecem exatamente porque o Incra não assume a sua responsabilidade diante das comunidades, diante dos pobres?"*

Violência no Amapá

No final do mês de abril, segundo relatos dos moradores do Ramal da Parabrillho, em Cutias do Araguari (AP), a 140 quilômetros da capital Macapá, homens fortemente armados, em dois carros, entraram na área, ameaçaram os agricultores que estavam no local, atearam fogo na casa de um deles, que no momento do ataque estava na Igreja, e mataram o cachorro da família.

Um dos moradores o informou que duas caminhonetes com vários ocupantes armados começaram a ameaçá-lo e, em seguida, atearam fogo na casa do agricultor, e mataram o cachorro. Ele seguiu para Cutias, para avisar do ocorrido aos policiais militares de plantão do quartel de Cutias, apresentando vídeo com o animal morto e relatando o ocorrido.

O Batalhão de Policiamento Rural (BPRU) organizou uma pequena operação ao receber informações de que os suspeitos estariam escondidos na comunidade Corre Água. De acordo com informações divulgadas pela própria polícia, foram encontrados dois revólveres calibre 38, um facão, duas espingardas, uma calibre 12 e outra calibre 28, uma arma de ar comprimido e dois bastões tipo tonfa. Três suspeitos foram levados para Macapá, para o Centro Integrado de Operações em Segurança Pública (Ciosp). Um deles foi liberado e os outros dois foram autu-



Foto: Andressa Zumpano

ados por porte ilegal de arma de fogo. A Polícia Civil do Amapá assumiu o caso.

Em abril de 2016, a CPT no Amapá já havia solicitado à então superintendente do Incra no estado, Maria Assunção, que duas áreas, a Parabrillho e a Queiroz Santos, fossem destinadas à reforma agrária, com a criação de Assentamentos. As famílias vivem há anos na região, produzindo alimentos saudáveis que abastecem as feiras da capital amapaense.

Genocídio Yanomami

O povo Yanomami vem sofrendo, especialmente nos últimos dois anos, um aumento da violência em seu território, quando estiveram cada vez mais encurralados pela atividade garimpeira, durante a pandemia de COVID 19.

Dezenas de denúncias realizadas pela HAY e dirigidas às diversas instituições públicas do Estado brasileiro, apontam que entre os meses de abril e maio de 2021, os ataques se intensificaram. Os invasores têm utilizado diversas "armas" contra os indígenas, que vão desde o uso de armas de fogo ou bombas de gás lacrimogêneo contra as comunidades, até a introdução de álcool e drogas em aldeias, induzindo até mesmo crianças ao uso.

Estas denúncias, referentes ao ano de 2021, foram divulgadas no relatório "Yanomami Sob Ataque: garimpo ilegal na terra indígena Yanomami e propostas

para combatê-lo", em abril de 2022. Poucos dias após esta publicação, um novo caso expôs o agravamento da situação de conflito na TIY.

No dia 25 de abril de 2022, a HAY denunciou que uma adolescente Yanomami de doze anos foi estuprada e brutalmente assassinada por garimpeiros na aldeia Arakaçá. Na ocasião, uma mulher foi sequestrada e uma criança de apenas três anos jogada no rio. Seu corpo segue desaparecido.

Estima-se que cerca de 25 indígenas que ali residiam, abandonaram a comunidade com o intuito de proteger-se da situação crítica de violência que enfrentavam naquele momento. As lideranças Yanomami já alertavam a grave situação vivida pela comunidade Arakaçá, denunciando para a introdução de "um pó branco e cigarro" trazidos por garimpeiros, que conduziam até mesmo crianças ao uso.

Em entrevista exclusiva à CPT Nacional, Dário Kopenawa alerta *"Classificamos em nossas denúncias que é um genocídio sim. Porque durante as invasões (garimpeiras) estão matando nas armas. Armas de fogo, de cachaça, de estupro e abuso sexual"*.

ABRIL INDÍGENA

18° Acampamento Terra Livre: 8 mil indígenas ocuparam Brasília durante o mês de abril

Durante dez dias de mobilização, cerca de 8 mil indígenas, de mais de 200 povos, ocuparam Brasília na luta contra os governos que violam os direitos dos povos originários

ANDRESSA ZUMPARO*

Com o tema “Retomando o Brasil: Demarcar Territórios e Aldear a Política”, o 18° Acampamento Terra Livre reuniu cerca de 8 mil indígenas, de mais de 200 povos, durante os dias 4 a 14 de abril, em Brasília (DF).

O evento ocorreu no mesmo período em que o Congresso Nacional e o governo federal pautaram a votação de projetos que violam os direitos dos povos originários, como o Projeto de Lei 191/2020, que abre as terras indígenas para a mineração.

O tema trouxe como perspectiva a luta em defesa dos territórios no enfrentamento dos inúmeros impactos enfrentados pelos grandes empreendimentos, mineração, agronegócio e pelo desmonte das políticas de proteção às águas e florestas.

Também reforçou um debate mais ampliado em torno das pautas indígenas dentro do cenário político, com o lançamento de dezenas de candidaturas indígenas durante o evento, a fim de unir corpo na disputa eleitoral para Congresso Federal e nas As-

sembleias Legislativas dos estados.

“Depois de dois anos de Acampamento Terra Livre online, pelas telas, voltamos a ocupar Brasília, a Esplanada dos Ministérios, e voltamos presencialmente a pintar Brasília de urucum e jenipapo. Trazemos a forma da diversidade dos povos indígenas do Brasil, trazemos essa resistência, que é secular da luta indígena, que traz ainda como principal bandeira a demarcação das terras indígenas”, afirma Sônia Guajajara, da coordenação executiva da Articulação dos Povos Indígenas no Brasil (Apib).

Como se não bastasse os povos indígenas serem afetados pela pandemia e terem suas vidas ceifadas pelo vírus, por falta de cumprimento das políticas públicas e negligência do Estado, vários projetos de lei, que colocam ainda mais em risco a integridade desses povos, foram pautados no Congresso Nacional.

Para o cacique Marcos Xukuru, da coordenação da Articulação dos Povos e Organizações Indígenas do Nordeste, Minas Gerais e Espírito Santo (Apoimne), “a principal pauta trazida

ao ATL sempre foi a questão territorial, a demarcação dos territórios que vai muito além das questões físicas, pois entendemos que a terra, além de nossa mãe, é morada dos nossos ancestrais. Somos os grandes guardiões desses espaços que garantem nossa sobrevivência física e cultural”.

Para os povos, a luta vai além do território. É preciso ocupar todos os espaços de poder, esses espaços da política. “Entendemos que é o momento e a hora da grande luta acontecer. Ao encerrar essa jornada, nós seremos guardiões, guardiãs lá nas aldeias, fazendo o movimento acontecer nos quatro cantos do país, e não vamos permitir esse retrocesso”, assegura o cacique Xucuru.

O Acampamento Terra Livre, edição 2022, foi realizado pela Apib e organizações de base – Articulação dos Povos e Organizações Indígenas do Nordeste, Minas Gerais e Espírito Santo (Apoimne); Coordenação das Organizações Indígenas da Amazônia Brasileira (Coiab); Conselho Terena; Comissão Guarani Yvyrupa (CGY); Aty Guasu – a Grande Assembleia dos Povos Guarani e Kaiowá; Articulação dos Povos Indígenas da Região Sul (ARPINSUL); e Articulação dos Povos Indígenas do Sudeste (ARPINSUDESTE) -, e organizações indigenistas que apoiam a causa indígena.

Aliança dos Movimentos Populares

O último dia do 18° Acampamento Terra Livre foi marcado pela plenária “Aliança dos Movimentos Populares para Fortalecer a Luta Indígena”, que reuniu di-

versos movimentos sociais e líderes religiosos. O momento destacou o compromisso desses grupos no enfrentamento dos retrocessos engajados pelo atual governo.

A plenária foi dividida em dois momentos, no primeiro, representantes de diversas religiosidades dialogaram sobre o tema “Nossa Terra é Sagrada”. Líderes espirituais indígenas receberam no palco, pastores, representantes da CNBB, do santo daime, das religiões de matriz africana, das religiões pela paz no Brasil e israelita. Durante a mesa foi apresentada uma carta aberta contra o Pacote da Destruição, reafirmando a posição destes representantes religiosos em relação às maldades do governo Bolsonaro contra a terra, as matas e a vida.

O segundo debate da manhã reuniu representantes de diversos movimentos populares e organizações sociais, como Comissão Pastoral da Terra, a Articulação das Comunidades Rurais Quilombolas, Movimento dos Pequenos Agricultores (MPA), Movimento dos Atingidos por Barragem (MAB), Fase, Vida e Juventude em Defesa dos Direitos Humanos, Comissão Pastoral da Terra, Confederação Nacional dos Trabalhadores da Agricultura (Contag), Conselho Nacional das Comunidades Extrativistas (CNS) e Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem-Terra (MST).

Ronilson Costa, coordenador da CPT Nacional, destacou em sua fala o compromisso da organização com a unidade na luta em defesa dos territórios. “Não concordamos com o sistema imposto que tudo transforma em mercadoria: a Mãe Terra, nossas águas, nossas florestas, o ar que respiramos. Estamos aqui para dizer não à necropolítica de Jair Bolsonaro, de seus aliados e bajuladores a serviço do capital, do agrobandidismo e da mineração das grandes empresas e de todos os garimpos. Vocês estão aqui para defender a vida”.



Foto: Edgar Kanaykō

AÇÕES DE RESISTÊNCIA DOS MOVIMENTOS POPULARES

Organizações propõem Campanha contra a Violência no Campo

Movimentos e organizações do campo e da cidade que se reuniram no Cesir/CONTAG, em Brasília/DF, para discutir a proposta e apresentaram “Carta à sociedade, sobre uma Campanha Permanente Contra a Violência no Campo, em Defesa dos Territórios e da Vida”

Foto: Amanda Costa



BARACK FERNANDES*

Nos dias 18 e 19 de abril, o Seminário Contra a Violência no Campo reuniu diversas entidades em defesa dos povos do campo, das águas e das florestas para discutir a proposta de uma campanha permanente em combate à violência que assola comunidades camponesas e tradicionais em todo o Brasil. No final do encontro foi elaborada uma Carta Pública que apresenta uma contextualização dos conflitos no campo brasileiro e os objetivos da iniciativa.

“O Seminário e a Carta mostram que vamos pelo caminho certo na luta pela reforma agrária”, avaliou o agricultor familiar Geovane da Silva Santos, pai do garoto Jonatas, morto a tiros em 10 de fevereiro no Engenho Roncadorzinho, no município de Barreiros, na Zona da Mata Sul de Pernambuco. Sobre assassinato do filho, Geovane disse no Seminário: “espero que a Justiça desvende o que aconteceu e tenha a definição do caso, e isso seja declarado para o mundo inteiro”.

Maria Ednalva da Cunha, do Movimento Interestadual das Quebradeiras de Coco Babaçu (MIQCB), participou do encontro e declarou que “o Seminário e a

Carta têm um grande significado, porque são várias entidades parceiras dos movimentos sociais envolvidas, CONTAG, CNBB, CPT e outras, que estão na luta conosco, para mostrar aos governantes que seguimos firmes na luta por direitos e contra a violência”, declarou.

A carta que anuncia a “Campanha Permanente Contra a Violência no Campo, em Defesa dos Territórios e da Vida” reúne os altos números de conflitos no campo dos últimos anos e convoca várias frentes para uma articulação nacional de resistência e na defesa da vida. O documento final foi redigido e aprovado por várias entidades, entre elas a Confederação Nacional dos Trabalhadores Rurais Agricultores e Agricultoras Familiares (CONTAG) e a Comissão Pastoral da Terra (CPT).

“Vamos lançar essa campanha no Brasil todo, denunciando a violência nos territórios tradicionais (agricultura familiar, indígenas, quilombolas, extrativistas, ribeirinhos e outros). Vamos juntos dizer que a violência é consequência de uma ação do capital, do agronegócio, das mineradoras e do próprio Estado”, declarou o secretário de Formação e Organização Sindical da CONTAG, Carlos Augusto Silva (Guto).

Leia a Carta na íntegra:

CAMPANHA PERMANENTE CONTRA VIOLÊNCIA NO CAMPO: em defesa dos povos do campo, das águas e das florestas

Nos dias 18 e 19 de abril de 2022, estiveram reunidas em Brasília, diversas organizações de povos do campo, das águas, das florestas e dos territórios urbanos para discutir uma frente de ação unificada contra a violência que assola essas populações. Entre 2011 e 2015 foram registrados 6.737 conflitos no campo, envolvendo mais de 3,5 milhões de pessoas. No período seguinte, de 2016 a 2021, esses números subiram para 10.384 conflitos atingindo 5,5 milhões de pessoas, em especial crianças, jovens e mulheres, confirmando que o impeachment da presidenta Dilma foi um golpe articulado entre setores do Estado e do capital, da mídia hegemônica e em particular ligado ao agronegócio. Os assassinatos saltaram de um total de 20 em 2020, para 35 em 2021, representando um aumento de 75%. Dentre estes, destacam-se lideranças que atuam na defesa dos Direitos Humanos e da natureza. Com relação ao trabalho escravo, houve aumento de 113% no número de pessoas resgatadas. Vale lembrar que esses dados, registrados pela CPT, são apenas os que tiveram visibilidade nos dados oficiais ou mídia. Isso significa que a realidade é ainda muito mais dura. Essas situações se acirram à medida que as políticas públicas e de fiscalização são desmontadas.

Com base nos dados da CPT, as populações que mais sofreram violência no campo foram, povos indígenas, quilombolas, ribeirinhos, posseiros e camponeses sem-terra. É importante ressaltar que tanto o aumento da violência como o de número de assassinatos se deu na região da Amazônia Legal, evidenciando a violência inerente ao processo de expansão do capital. A terra e a natureza, bens comuns, convertida em mercadoria e submetidas à propriedade privada e à especulação, estão na origem de diversas formas de violência. Violências estas estruturadas historicamente na divisão de classes, no racismo e no patriarcado.

Isso fica evidente quando vemos que empresários, grileiros, garimpeiros, fazendeiros, mineradoras e madeireiros, e o próprio Estado, são os maiores causadores de violência, segundo os dados da CPT. Importante destacar que a violência avança sobre territórios, mas também sobre a cultura e a espiritualidade dos povos do campo, das águas e das florestas, por meio do avanço de setores e igrejas fundamentalistas, que usam práticas de racismo religioso. A violência se acirra com a impunidade e conivência do Estado, gerando aumento das milícias e pistolagem.

Mesmo com a pandemia e a violência, houve um aumento das ações de resistência. No último período ocorreram diversas ocupações de terra, retomada de territórios, mobilizações contra os despejos, manifestações em grandes capitais e também grandes mobilizações e campanhas contra a fome e em defesa da soberania alimentar, numa estratégia de solidariedade entre povos do campo e da cidade. Destacamos também as grandes mobilizações indígenas em todo o país contra os retrocessos.

No esteio desse processo de luta dos povos, enfrentar e superar a violência no campo se impõem como objetivo a partir da articulação e unidade das várias frentes de resistência e na defesa da vida.

Para tanto, as entidades aqui reunidas convocam toda a sociedade para uma campanha permanente contra a violência no campo, em defesa dos territórios e da vida.

CPT DIVULGA RE CONFLITOS NO CAMPO

O lançamento, que ocorre historicamente em abril, mês da Jornada Nacional de Lutas por Reforma Agrária, foi realizado

CRISTIANE PASSOS E
MÁRIO MANZI*

Após dois anos de realização virtual, o lançamento da publicação anual "Conflitos no Campo Brasil", da Comissão Pastoral da Terra (CPT), foi realizado presencialmente no dia 18 de abril, na sede da Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB), em Brasília. A publicação, que traz dados referentes ao ano de 2021 e 14 textos de análise dos conflitos no campo, foi apresentada em coletiva de imprensa.

Participaram da mesa de lançamento: o presidente da CPT, Dom José Ionilton; Andréia Silvério, da coordenação executiva nacional da CPT; Guilherme Delgado, da Associação Brasileira de Reforma Agrária (ABRA); Dom Joel Amado, secretário-geral da Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB); Geovane da Silva Santos, pai do garoto Jonatas, morto a tiros em 10 de fevereiro na Zona da Mata de Pernambuco; Jaque Kuña Aranduhá, indígena Guarani-Kaiowá, do Mato Grosso do Sul; Antônio Eduardo de Oliveira, secretário executivo do Cimi; e Tales dos Santos Pinto, coordenador do Centro de Documentação Dom Tomás Balduino (Cedoc-CPT).

O Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST) iniciou o momento de acolhida ao entoar e tocar a canção "Para Não Dizer que Não Falei de Flores", de autoria de Geraldo Vandré. Iniciando a mesa, Dom Joel Amado, secretário-geral da CNBB, falou da importância histórica dos dados divulgados pela CPT: "Assim como a terra, a verdade é condição de democracia. Um país que teme a verdade, não pode ser chamado de democracia. Um povo estará a caminho da maturidade, quando, entre outros aspectos, se comprometer com a justiça social em relação à terra e igualmente tiver compromisso com a verdade".

Presidente da entidade, Dom



Foto: Amanda Costa

José Ionilton lembrou que "a CPT atua pastoralmente junto aos camponeses e às camponesas, na busca pelo bem comum, que é tantas vezes ameaçado pelo capitalismo selvagem, pelo agronegócio, pelas mineradoras, madeiras, pelo garimpo ilegal. Impressionam os dados de conflitos no campo de 2021. Quantas mortes, quantas ameaças, quantas ações judiciais injustas de despejo, quantas pessoas e famílias que sofreram algum tipo de violência".

Coordenador do Cedoc-CPT, Tales dos Santos Pinto apresentou alguns dos principais dados de conflitos em 2021, assim como exemplificou a violência no campo, com casos emblemáticos vivenciados por comunidades tradicionais. No último ano houve aumento de 75% no número de assassinatos em conflitos no campo, no Brasil. Já o número de mortes em decorrência de conflitos registrou aumento de 1.100%.

Ao comentar os dados, em seguida, Guilherme Delgado, diretor da ABRA, qualificou a importância da publicação do relatório como contrapeso no contexto dos conflitos. "Ao iluminar com informações detalhadas, você de certa forma segura a mão do opressor, daqueles que perante a luz da denúncia são de alguma

forma contidos. Esse é o papel primordial do relatório da CPT."

Comunidades

Indígena Guarani Kaiowá, Jaque Kuña Aranduhá expôs a situação de intolerância religiosa que sofrem especialmente comunidades do Mato Grosso do Sul, bem como as situações de conflitos vividas pelas mulheres. "É preciso que acreditem na voz das mulheres indígenas, porque são vozes que estão sendo criminalizadas. Temos denunciado casos de intolerância religiosa. Registramos nos últimos dois anos, 16 queimas de casas de reza. As caravelas não pararam de chegar nos nossos territórios e têm nos afetado violentamente".

Agricultor e pai do menino Jonatas, assassinado a tiros aos nove anos de idade, na Mata Sul de Pernambuco em abril deste ano, Geovane da Silva, lembrou a morte do filho e deixou evidente a tensão agrária que se estende por décadas na região. "Nós vivemos numa área muito conflituosa, já aconteceu muita coisa em nossa propriedade, mas seguimos resistindo [junto às] 77 famílias que estão lá. Até que assassinaram meu filho. Vários conflitos de criação de gado estão se alas-

trando ao redor de nós, mas seguimos resistindo, pedindo que as autoridades parem o conflito. Nada foi feito".

Secretário Executivo do Cimi, Eduardo de Oliveira ressaltou que "o atual governo se coloca sistematicamente contra os povos e contra os povos indígenas. Tem aumentado a violência do Estado através da atuação da Polícia Militar. Tivemos o assassinato de quatro indígenas Chiquitanos dentro de seu território. Tivemos o assassinato de Ari Tembê, dentro de seu território. O que ocorre no território Yanomami e Munduruku é a atuação de milícias armadas com conivência do Estado".

Ao comentar as falas, Andréia Silvério, da coordenação executiva nacional da CPT, levantou a preocupação sobre as proposições do Congresso Nacional e também a atuação dos poderes Executivo e Legislativo. "Fica evidente a preocupação com relação aos projetos de lei que estão tramitando no Congresso Nacional e, também, com as ações do poder Executivo e, em certa medida, a conivência do poder judiciário com os casos de violência existentes no campo brasileiro".

A atividade foi transmitida nos canais da CPT Nacional no Facebook e no Youtube. O áudio da coletiva também foi disponibilizado via Twitter Spaces, na página da CPT na rede social.

Violência contra a Pessoa em 2021

Em 2021, a violência contra a pessoa foi brutal. **Somente nos estados da Amazônia legal foram 28 assassinatos, 80% do total.** A violência nesta região reflete não só a ferocidade da grilagem e do latifúndio, como também o emparelhamento protetor do Estado brasileiro ao setor ruralista. A atuação da "pistolagem sob encomenda" e das "agromilícias", bem como de agentes públicos, ocasionaram **35 assassinatos por conflitos no campo, no Brasil, em 2021. Desse total, 33 pessoas eram homens e duas eram mulheres.**

Dentre estas ocorrências têm-se

MPO BRASIL 2021

RELATÓRIO SOBRE O, NO BRASIL, EM 2021

...o presencialmente, no dia 18 de abril, em coletiva à imprensa, com participação de organizações e movimentos sociais.

Foto: Amanda Costa



que duas delas correspondem a massacres (a CPT considera massacre toda ocorrência de violência contra a pessoa em que 3 ou mais pessoas são assassinadas). Em uma delas pelo menos três indígenas Moxihatëtêa, classificados como “indígenas isolados”, foram chacinados na Terra Indígena Yanomami, em Roraima. Na outra, três sem-terra ou “acampados” foram assassinados no Acampamento Ademar Ferreira, em agosto de 2021, em Rondônia. No mesmo período ocorreram 109 mortes em decorrência destes conflitos sangrentos, bem como 27 tentativas de assassinato e 132 ameaças de morte. Além destes dados, foram registradas 75 agressões físicas com ferimentos diversos, intimidações e tentativas humilhantes de subjugação, e 13 ocorrências de tortura praticadas principalmente por agentes privados designados como “fazendeiros”. Estes delitos de homicídio são deliberados e atingem notadamente lideranças de comunidades e sindicalistas, que resistem à usurpação.

Destacamos que em 2022, ainda em dados parciais (até maio), já são 19 assassinatos em conflitos no campo. A maioria ocorreu no estado do Pará (4 assassinatos), onde foi registrado o primeiro

massacre em conflitos no campo no ano, no município de São Félix do Xingu. No dia 9 de janeiro, os corpos de José Gomes, o Zé do Lago, sua esposa Márcia Nunes e sua filha Joane Nunes, foram encontrados na propriedade da família. Eles residiam no local há mais de 20 anos, desenvolviam trabalhos de preservação da floresta e mantinham um projeto de reprodução de tartarugas. Eram conhecidos e reconhecidos pelo trabalho ambiental que desempenhavam. A terra ocupada por eles está em área de jurisdição do ITERPA e inserida na APA Triunfo do Xingú, uma área de preservação com mais de 1,5 milhão de hectares. Passados três meses, ainda não temos um posicionamento do Estado em relação às investigações do caso.

Ao todo, 100 pessoas foram presas em 2021, um aumento de 45% em relação ao ano anterior. Dessas, 30, quase um terço do total, foram presas em um conflito em Rondônia, no dia 17 de novembro. A PM do estado prendeu cerca de 30 camponeses do Acampamento Ecurão, localizado no Lote 32 da Gleba de Corumbiara, em Pimenta Bueno. Participaram da ação a Guarnição de Força Tática e o Núcleo de Inteligência das polícias de Vilhena e Pimenta Bue-

no. As prisões de homens, mulheres e até crianças se deram no próprio acampamento após diversas incursões das tropas da PM-RO no local. Depois das prisões, os policiais ainda destruíram casas, barracos, roubaram motosserras e espancaram os moradores. Ainda no estado, a polícia militar prendeu também 14 pessoas no dia 04 de setembro, no Acampamento Boa Esperança. Os acampados foram conduzidos algemados à Delegacia de Ariquemes e soltos após intervenção da Defensoria Pública. **Quase metade dos presos em 2021, foram no estado de Rondônia.**

Rondônia foi o estado com o maior número de assassinatos (11) e onde ocorreu um dos massacres em 2021. Maranhão vem em seguida com 9 assassinatos, seguido de Roraima, Tocan-

tins e Rio Grande do Sul, cada um com 3 assassinatos. Dentre as vítimas, 10 eram indígenas, 9 sem-terras, 6 posseiros, 3 quilombolas, 2 assentados, 2 pequenos proprietários, 2 quebradeiras de coco babaçu e 1 aliado. **O número de sem-terras assassinados aumentou 350% de 2020 para 2021, passando de 2 para 9, da mesma forma o número de posseiros aumentou 500%, passando de 1, em 2020, para 6, em 2021.** As mortes em consequência saltaram de 9, em 2020, para 109, em 2021. Um aumento de 1.110%. Dessas, 101 foram de indígenas Yanomamis. **Aumentou, ainda, o número de torturados, passando de 9 para 13, um acréscimo de 44% e de agredidos, que passou de 54 para 75, um aumento de 39%.**

Cinco pessoas LGBTI+ são vítimas de violência no campo, segundo levantamento inédito do Cedoc-CPT

Os dados de violência contra a pessoa, divulgados na publicação Conflitos no Campo Brasil 2021, apresentam, pela primeira vez, informações quanto à orientação sexual e à expressão de gênero das vítimas de violência no campo. A iniciativa, que permite a inserção de tais informações no banco de dados do Cedoc-CPT, faz parte do empenho em registrar os casos de LGBTIfobia no campo brasileiro.

A possibilidade de inclusão de tais informações no banco de dados é ainda preambular, e deve trazer diversos desdobramentos para a leitura e análise dos dados de conflitos no campo, no Brasil. Algumas ponderações são necessárias, tais como os obstáculos postos pela complexidade de auto identificação das pessoas LGBTI+ com agravamento pela condição de violência, as carências de indicação nas fichas de registro, e de referência no material fonte, dentre outras que devem ser manifestadas no decurso da inserção das informações no banco de dados do Cedoc.

Em 2021, cinco pessoas LGBTI+ foram vítimas de violência no campo, conforme já consta nos dados publicados no relatório. As violências citadas são: humilhação e prisão; assassinato; intimidação e tortura. As categorias que sofreram violências foram duas - indígenas e sem-terra -, sendo quatro destas vítimas identificadas como sem-terras e uma indígena - uma mulher e quatro homens.

DADOS CONFLITOS

Agência Pública e CPT lançam mapa interativo sobre os conflitos no campo na Amazônia

O Mapa dos Conflitos traz dados da última década e mostra como os conflitos no campo se relacionam com desmatamento, queimadas, mineração, outorgas de água, agrotóxicos, violência e desigualdade

ANDRESSA ZUMPARO*

Na década passada (2011-2020), 75% dos municípios da Amazônia Legal foram afetados pela violência e injustiça fundiária. Isso representa 10% dos municípios brasileiros. Foram mais de 7 mil conflitos registrados, 100 mil famílias afetadas, mais de 2 mil vítimas e mais de 300 assassinatos. Os dados são apresentados no Mapa dos Conflitos, lançado em abril em uma parceria entre a Agência Pública e a Comissão Pastoral da Terra (CPT).

A partir das informações coletadas e trazidas ao público anualmente nos relatórios de *Conflitos no Campo Brasil*, da CPT, o Mapa faz uma análise inédita de dados, investigando as ocorrências de conflitos no campo na Amazônia Legal na última década (2011-2020).

Ao longo de décadas, a CPT tem mapeado os conflitos no campo pelo Brasil. São ações de resistência e enfrentamento que ocorrem em diferentes contextos sociais no âmbito rural, envolvendo a luta pela terra, água e direitos e pelos meios de trabalho ou produção. Com esse que é um dos mais importantes acervos documentais sobre conflitos no campo em mãos, a equipe da Agência Pública fez um cruzamento com diferentes bases de dados públicas. No site, o leitor pode descobrir como os conflitos no campo se relacionam e se sobrepõem a temas como desmatamento, queimadas, mineração, outorgas de água, agrotóxicos, violência e desigualdade.

Além de ser uma forma de estimular o interesse dos leitores pelos conflitos no campo por meio da visualização de dados, o Mapa também fornece uma base valiosa para jornalistas e pesquisadores produzirem suas reportagens, artigos e análises. É possível baixar a base de dados que deu origem ao Mapa pelo site da Agência Pública.

Segundo o jornalista e diretor da Agência Pública, Thiago Domenici, que coordenou o projeto, o mapa foi pensado numa linguagem visual mais ramificada e didática. "A ideia é que qualquer pessoa possa entender a complexidade do assunto de forma intuitiva ao pesquisar as informações na plataforma". Para ele, o trabalho realizado pela CPT precisa ser cada vez mais



valorizado pela sociedade. "Não fosse a CPT, não saberíamos quem sofre injustiças fundiárias e, principalmente, não saberíamos quem morre no campo no Brasil".

A ferramenta faz parte do "Amazônia Sem Lei", projeto especial da Agência Pública que desde 2019 investiga a violência fundiária na Amazônia e também no cerrado. Além da visualização de dados, o Mapa dos Conflitos traz duas reportagens da Agência Pública sobre os dados da Comissão Pastoral da Terra. No site especial, também é possível encontrar a animação "Os conflitos de terras em 5 minutos", narrada pelo escritor Itamar Vieira Júnior.

"34 ocorrências por semana"

Cerca de 34 ocorrências por semana. Essa é a média de conflitos registrados nas áreas rurais da Amazônia Legal nos últimos dez anos. O Mapa dos Conflitos faz um raio-x das áreas amazônicas que estão sob disputa, a partir de dados coletados pela CPT e bases de informação pública.

Entre 2019 e 2021, foram 2.329

ocorrências de conflitos por terra na Amazônia Legal, desenhando uma média de dois deste tipo de conflito por dia. Assim, têm-se como principais agentes causadores: garimpeiro, grileiro, mineradora nacional e mineradora internacional. Nesse recorte temporal, a CPT registrou 12 conflitos relativos ao trabalho escravo envolvendo garimpo e mineração, com 196 pessoas vítimas desse tipo de violência.

Em 2019 registrou-se apenas um conflito por água causado por garimpeiros na Amazônia Legal. O número indicava doze ocorrências, tendo como agentes as mineradoras internacionais. Já no ano de 2021 foram 8 ocorrências de conflitos por água, causadas por garimpeiros e 17 por mineradoras internacionais, segundo dados parciais para o último ano liberados em dezembro de 2021, pelo CEDOC. Ao fim dos três anos de governo Bolsonaro, o Centro de Documentação Dom Tomás Balduino (CEDOC-CPT) registrou 54 ocorrências de conflitos por água na Amazônia Legal, causados por garimpeiros, grileiros e mineradores. Para comparação, em 2019 foram dezesseis ocorrências.

Neste período a categoria *garimpeiros* foi responsável por três assassinatos, 16 tentativas de assassinato e 18 mortes em consequência na Amazônia Legal. Nos últimos três anos, foram 60.644 famílias afetadas por grilagem na Amazônia Legal. Entre os agentes causadores: *empresários, Governo Federal, grileiro, madeireiro, fazendeiro, policial civil e político*.

Sobre a Agência Pública - A Agência Pública foi fundada em 2011 por jornalistas mulheres e tem como missão produzir reportagens de fôlego pautadas pelo interesse público, sobre as grandes questões do país do ponto de vista da população - visando o fortalecimento do direito à informação, à qualificação do debate democrático e à promoção dos direitos humanos. Em 2020, as reportagens do Portal foram reproduzidas por mais de 1.100 veículos, sob a licença *creative commons*. A Agência Pública ganhou mais de 50 prêmios nacionais e internacionais, como o Prêmio Vladimir Herzog, Prêmio República e Prêmio Gabriel García Marquez. <https://apublica.org>

*Setor de Comunicação da Secretaria Nacional da CPT.

CERRADO

Tribunal Permanente dos Povos em Defesa dos Territórios do Cerrado caminha para Audiência Final

Nos dias 15 e 16 de março a Campanha Nacional em Defesa do Cerrado realizou sua segunda Audiência Temática, sobre Soberania Alimentar e Sociobiodiversidade, e a Audiência Final acontece em julho, presencialmente em Goiânia (GO)

AMANDA COSTA*

Com informações da Campanha Nacional em Defesa do Cerrado

“Eles jogam veneno lá em cima, não tem mais Cerrado pra proteger, e desce para as águas nos brejos. Tá tudo contaminado”. O relato de Jovecino Pereira da Silva, do Território Ribeirinho Chupé, município de Santa Filomena (PI), foi partilhado em 15 de março durante o primeiro dos dois dias de Audiência sobre Soberania Alimentar e Sociobiodiversidade do Tribunal Permanente dos Povos (TPP) em Defesa dos Territórios do Cerrado, realizada pela Campanha Nacional em Defesa do Cerrado.

A fala de Jovecino se somou a depoimentos de organizações, povos e comunidades tradicionais do Cerrado impactados pela ação e influência do capital que opera nos territórios pelas mãos do agronegócio e da mineração. Na ocasião, representantes de seis casos do TPP denunciaram as contaminações de suas comunidades e territórios, especialmente por agrotóxicos, estes utilizados como arma química para expulsar os povos de suas terras. Além disso, revelaram o desmonte das políticas de segurança alimentar, de comercialização da produção camponesa e dos produtos da sociobiodiversidade. As denúncias apontaram que estas violações provocam a desestruturação dos sistemas agrícolas tradicionais, aumentam a fome e ameaçam a saúde coletiva.

Os seis casos apresentados no primeiro dia da Audiência Temática sobre Soberania Alimentar e Sociobiodiversidade foram: Ribeirinhos do Chupé e Indígenas Akroá-Gamella do Vão do Vico, no Piauí; Povos Indígenas Krahô-Takaywá e Krahô Kanela, do Tocantins; Povos Indígenas Guaraní e Kaiowá e Kinikinau do Mato Grosso do Sul; Camponeses do Assentamento de Reforma Agrária Roseli Nunes, no Mato Grosso; Comunidades Quilombolas de Cocalinho e Guerreiro e Quebradeiras de Coco-Babaçu e agricultores familiares do Acampamento Viva Deus, no Maranhão.

Em um segundo momento, o espaço na Audiência foi destinado à interação



Foto: Rosilene Miliotti-FASE

entre a relatoria de acusação, representação do sistema de justiça brasileiro e o júri, com base nas denúncias dos casos apresentados. Raquel Rigotto, relatora de acusação do Tribunal e membra do TRAMAS - Núcleo Trabalho, Ambiente e Saúde da Universidade Federal do Ceará, apresentou dados de estudos científicos que se somaram às denúncias dos povos, assim como as acusações às corporações da cadeia produtiva do agronegócio e ao estado brasileiro. “Podemos dizer que o Cerrado é hoje uma zona de sacrifício do agronegócio brasileiro. São quase 47 milhões de hectares destinados à soja, cana, milho, algodão, e 63% destinados a pastagens”, alertou a pesquisadora.

A Audiência também contou com a apresentação de trechos de uma carta-manifesto escrita pelas mulheres do Cerrado, que ecoaram suas vozes contra o ecocídio e o genocídio cultural no Cerrado, contra as desigualdades estruturais produzidas pelo patriarcado racista desde a era colonial. “Externamos anúncios em defesa da vida com justiça social, com igualdade, com garantia do Direito Humano à Alimentação Adequada, com proteção da biodiversidade e do nosso patrimônio cultural. Por isso trazemos a este importante Tribunal os nossos depoimentos, permeados por nossas próprias ideias e vivências”, diz um dos trechos.

Pronunciamento do júri

No dia 29 de março, o júri do TPP se manifestou publicamente, de forma virtual, sobre os casos apresentados durante a Audiência Soberania Alimentar e Sociobiodiversidade. O pronunciamento foi a primeira reação do painel de juízes sobre as denúncias relatadas e sobre a acusação do crime de ecocídio contra o Cerrado e genocídio cultural de seus povos indígenas e comunidades tradicionais que têm sido cometido de forma sistemática por Estados e empresas. Participaram da transmissão as e os integrantes do júri Antoni Pigrau, Dom Valdeci Mendes, Enrique Leff, Deborah Duprat, Eliane Brum, Philippe Texier, Rosa Acevedo, Silvia Ribeiro e Teresa Cravo.

Em sua manifestação, o júri apon- tou que todos os seis casos apresentados na Audiência possuem dois traços comuns, o primeiro sendo a denúncia da grande concentração e grilagem de terras, da existência de enormes plantios com culturas transgênicas e do uso massivo e sem controle dos agrotóxicos, e em segundo, a denúncia de que esta realidade tem efeitos diretos e indiretos muito perversos sobre povos indígenas e comunidades tra-

dicionais, impactando a saúde de todos, inclusive de crianças.

O júri também destacou a participação ativa do estado brasileiro nas violações contra povos e comunidades tradicionais, principalmente em relação a facilitação do uso intensivo de agrotóxicos, e o “racismo ambiental”, que atravessou depoimentos de representantes dos casos e também de relatoras e relatores de acusação, constituindo-se como um pilar onde se assentam as violações denunciadas.

Audiência Final se aproxima

Nos dias 08 a 10 de julho, no formato híbrido (virtual e presencial, em Goiânia/GO), a Audiência Final abordará as dimensões de terra e território no Cerrado. As denúncias estarão centradas nos processos de desmatamento e grilagem de imensas porções de terras públicas e a imposição de grandes projetos de “desenvolvimento”, ao mesmo tempo em que não avançam processos de titulação de terras indígenas e territórios quilombolas e tradicionais da região, como processos provocadores do racismo fundiário e ambiental para os povos.

Na oportunidade serão expostos os depoimentos e testemunhos de representantes e assessores/as dos casos, articulados com a fala de relatores/as de acusação sobre a sistematização dessas denúncias em escala de Cerrado, e um espaço para que os agentes públicos e privados, acusados no âmbito deste Tribunal, possam se manifestar se assim quiserem.

No último dia, o júri pronunciará uma primeira manifestação pública que evidencia alguns dos elementos do veredito final. Após o término da Audiência, em evento público, o júri apresentará o Veredito Final em relação ao conjunto da acusação de crime de Ecocídio contra o Cerrado e ameaça de genocídio cultural dos povos do Cerrado.

PÁGINA MULHERES

Trabalho, Relações e Lutas das Mulheres

BRÍGIDA ROCHA*

Não negamos que a pandemia da Covid-19 tenha funcionado como meio de genocídio de trabalhadoras e trabalhadores, mas ressaltamos que não foi só ela. As condições de vida e relações de trabalho, gênero e raça, são práticas genocidas do nosso cotidiano.

Se ocorreu um achatamento na curva de contaminação do coronavírus depois de aplicadas as doses da vacina, ainda tem pessoas que não tomaram todas as doses. Muitas pessoas já partiram devido à pandemia.

Existem leis criadas para enfrentar o racismo e a violência contra mulheres, assim como existem as leis para punir quem escraviza pessoas: mas isso não impede que as vítimas continuem existindo, muitas não identificadas e menos ainda libertadas.

Entre as quase 60 mil pessoas que já foram resgatadas do trabalho escravo mais de 2.100 são mulheres. São mulheres negras, indígenas, brancas, quilombolas, com deficiências, lésbicas, bissexuais, cis e trans, mães ou não. São mulheres que estão nos territórios, nos trabalhos, nas relações sociais, nas lutas para permanecerem vivas.

De 2017 até o momento, só no trabalho doméstico, já foram encontradas 46 mulheres em condição análoga à escravidão. Os casos de trabalho escravo doméstico têm sido mais destacados pela imprensa. Porém, sabemos que é muito complexo denunciar e fiscalizar “lares escravagistas”. Obviamente se ocorresse mais denúncias, os dados aumentariam, tornando visível essa chaga hoje ainda bastante invisibilizada.

Com a realidade da pandemia da Covid-19, tudo tem se agravado: o contexto de crise sanitária agravou o da crise social, política, cultural, agrária e ambiental, mas, como sempre, só ouvimos falar em “crise econômica”. No entanto, não deveria ser essa a única preocupação de quem governa o país e os estados. A crise pandêmica não é uma razão suficiente para explicar que tudo o que for negativo esteja aumentando no Brasil. Pois essa “crise” brasileira desde sempre

tem existido, com as suas distintas dimensões, a exemplo das violências contra as mulheres, permanência da escravidão e conflitos agrários.

As consequências desta crise permanente são as desigualdades causadas pelo sistema capitalista que descarta as camadas sociais indefesas, explora as trabalhadoras e trabalhadores que geram a riqueza, incorpora ao capital os territórios e ainda recebe incentivos do Estado para seguir avançando. Estado esse que deveria cumprir seu dever para com as políticas públicas e sociais para a classe trabalhado-

no Caderno de Conflitos de 2021, a CPT cita, entre outras, cinco pessoas LGBTI que foram vítimas da violência que assola o campo brasileiro.

Não existem políticas públicas de caráter permanente, que sejam criadas e avaliadas com a população, não existe consulta prévia livre e esclarecida dos povos indígenas, quilombolas e comunidades tradicionais. Os grandes projetos econômicos continuam destruindo pessoas, natureza, rios, histórias, vidas em nome do “desenvolvimento econômico”. E causando danos e impactos sociais nos povos,

violentas, que contribuem para os exploradores agirem contra a população jogando agrotóxicos por avião e escravizando pessoas das comunidades, que são aliciadas para trabalharem com venenos sem proteção alguma, para receber valores mínimos, que não cobrirão sequer as medicações e a marmita de comida que já levam de casa. Nesse contexto encontramos mulheres cada vez mais adoecidas, ameaçadas. Mas também mulheres vigilantes, sempre em alerta e participantes das lutas pela vida, junto com seus familiares.

O trabalho escravo doméstico é infelizmente mais uma dessas graves situações que historicamente atingem as mulheres. Assim como outras violências, nas quais muitas pessoas ficam omissas mesmo quando sabem: por “ter medo de meter a colher” ou por achar que é normal... Conhecem e não denunciam, naturalizam a exploração do trabalho, do corpo e da mente.

Você leitor, você leitora, conhece pessoas que estão ganhando abaixo do salário mínimo, trabalham mesmo quando doentes, sofrem pressões psicológicas, assédios morais e sexuais, não conseguem visitar a família, amarradas ao serviço sem nunca conseguir descansar, cumprindo jornadas exaustivas? Que não saem porque podem estar devendo à patroa, ou porque não sabem para onde recorrer, pois tem medo de denunciar ou de deixar este serviço com o risco de não encontrar um outro? Pessoas, assim exploradas na residência dos seus patrões e patroas? Então procure ajudar, denuncie! Faça até uma denúncia anônima. Se não conhece ninguém, fique atento, fique atenta, não se cale diante dessas situações.

A CPT segue junto aos oprimidos e oprimidas, movida por sua mística libertadora, integrando contínuos processos de memórias, de lutas e de organização, lembrando das ações das mulheres em defesa dos territórios, que sempre estiveram presentes e atuantes, sempre na escuta, em redes de apoio e em práticas de autocuidado. Cobramos justiça e proteção para os territórios e as pessoas, corpos, mentes, comunidades: todos espaços sagrados.



Foto: Andressa Zumpano

ra vulnerabilizada.

A questão importante é a de saber quem sempre está tirando vantagem nessas relações de trabalho, mesmo diante das crises. O discurso mais ouvido é de que todos são afetados pela crise. Será isso verdade? Vamos tentar pensar em quem realmente mais sofre com as crises.

A classe social mais vulnerabilizada é a mesma que também aparece no topo das estatísticas das violências. Destacamos aqui as Mulheres, as negras, cis e trans ou a população LGBTQIA+. Constatamos essa para o trabalho escravo, o trabalho infantil e o tráfico de pessoas e para os conflitos no campo. Por exemplo,

até com risco de genocídio.

Veamos o caso do Maranhão: além dos assassinatos praticados contra quem luta para permanecer no seu território, tem surgido até leilões, promovidos por grileiros de terra que vendem mesmo sabendo que as pessoas estão lá, ignorando quem são elas e porque estão, seus modos de vida e desde quando cuidam daquele bem comum. Não querem saber e não respeitam o fato de serem terras de quilombolas, com famílias presentes há gerações, ali fortalecendo a história de seus ancestrais.

Ainda com a convivência do Estado, ocorrem recorrentes autorizações



Encontro da ALBA reúne países excluídos da Cúpula das Américas

No dia 27 de maio de 2022, ocorreu a 21ª Cúpula de chefes de Estado e de Governo da Aliança Bolivariana para os Povos de Nossa América (ALBA), em Havana, capital de Cuba. O encontro reuniu chefes de Estado de Cuba, Venezuela e Nicarágua, que foram "excluídos" da 9ª Cúpula das Américas e dos demais países que compõem a Aliança.

Durante o evento representantes dos dez países membros - liderados pelos presidentes de Cuba, Miguel Díaz-Canel; Venezuela, Nicolás Maduro; Nicarágua, Daniel Ortega e Bolívia, Luis Arce - "compartilharam estratégias comuns de desenvolvimento" e "analisaram a situação política regional", segundo o Ministério das Relações Exteriores cubano.

A cúpula foi anunciada de surpresa, diante do entrave envolvendo, de um lado, Nicarágua, Venezuela e Cuba, e do outro os Estados Unidos, que anunciou a exclusão dos países "que não considera democráticos" para participar da Cúpula das Américas, que aconteceu em Los Angeles de 6 a 10 de junho.

Os EUA confirmaram a não inclusão de Venezuela e Nicarágua e não esclareceram o que farão em relação a Cuba.



Foto: AFP

No entanto, o secretariado de Joe Biden, presidente do país, destacou que o "compromisso com a democracia" seria "um fator-chave para definir quem é convidado e quem não é", antecipando a exclusão destes países, já que "não respeitam" os princípios da Carta Democrática Interamericana em vigor desde 2001.

De acordo com o programa oficial da Cúpula da Alba, os líderes tiveram uma reunião de duas horas de duração no Palácio da Revolução, seguida por uma foto oficial.

Este fórum de integração, criado em 2004 pelos ex-presidentes Fidel Castro (Cuba) e Hugo Chávez (Venezuela), costuma realizar as cúpulas de seus líderes no final do ano. A anterior foi em dezembro de 2021, também em Havana.

Os dez membros da Alba são: Antígua e Barbuda, Bolívia, Cuba, Dominica, Granada, Nicarágua, São Cristóvão e Nevis, Santa Lúcia, São Vicente e Granadinas e Venezuela, além de dois convidados especiais (Haiti e Suriname).

Encontro entre CLOC e Via Campesina celebra 30 anos de lutas coletivas, esperança e solidariedade

Em Manágua, Nicarágua, a Coordenação Latino-Americana de Organizações Camponesas (CLOC) e a Via Campesina (LVC) realizaram uma série de reuniões e atividades entre os dias 22 a 28 de abril de 2022, no marco dos 30 anos desde o nascimento da LVC.

Com o lema "30 anos de lutas coletivas, esperanças e solidariedade", mais de 60 delegados e delegadas de 24 países participaram pessoalmente do Encontro, que ocorreu na Escola de Trabalhadores Rurais "Francisco Morazán", centro de formação da Associação de Trabalhadores Rurais da Nicarágua.

Neste espaço foram lembrados os momentos que contribuíram para a fundação da Via Campesina. Há três décadas, o mundo mudou com a queda do Muro de Berlim e a derrota da União Soviética, estabelecendo

um mundo unipolar e a ascensão do modelo neoliberal globalizado. Da mesma forma, no continente americano (também com a participação de organizações da Europa) foi realizada a Campanha pelos 500 anos de Resistência Indígena, Negra e Popular com três Encontros em Quito, Guatemala e Manágua.

Nesse contexto de muitos desafios, os camponeses do mundo, lutando para

defender suas vidas e culturas, viram que estavam enfrentando as mesmas dificuldades na América, África, Ásia e Europa e decidiram se unir para trabalhar em agendas comuns.

O ato central das comemorações dos 30 anos da Via Campesina aconteceu no dia 26 de abril com a participação de todos os continentes, de modo presencial e virtual.

Além do ato central, realizou-se uma série de reuniões de LVC e CLOC, incluindo o Comitê de Coordenação Internacional de La Via Campesina, a Comissão Política Continental da CLOC, a Articulação Feminina da CLOC, entre outras diversas atividades.

Essas atividades também foram realizadas antes da VIII Conferência, o mais alto espaço decisório da Via Campesina, que será realizada em Manágua em novembro de 2023.



Foto: CLOC-VC

Eleições na Colômbia: o que está em jogo?



Foto: EL País

Os eleitores colombianos foram às urnas no dia 29 de maio de 2022, para votar no primeiro turno das eleições presidenciais no país. Com a maior parte das urnas apuradas, o segundo turno ocorrerá entre os candidatos Gustavo Petro, seguido pelo candidato independente Rodolfo Hernández.

O ex-guerrilheiro e senador Gustavo Petro, da coalizão Pacto Histórico, é o único de esquerda - ou de centro-esquerda - entre os candidatos à sucessão do presidente Iván Duque, no palácio presidencial Casa de Naíri.

Ele ficou em primeiro lugar, com 40,4% dos votos, porcentagem que o levou para o segundo turno da disputa, que está marcado para o dia 19 de junho. Esta é a terceira vez que Petro, que é economista e foi prefeito de Bogotá, disputa a carreira presidencial.

Quem fica com a segunda vaga para a disputa é o empresário de partido independente Rodolfo Hernández, 77 anos, que obteve 27,9% dos votos. Ele, que já foi chamado de "Trump tropical" pela imprensa local, cresceu nas intenções de voto nos dias antes da eleição e desbancou o favorito a ir ao segundo turno.

Nesta eleição colombiana pelo menos cinco assuntos estão no centro do debate e do destino das políticas do país - além do pêndulo entre a esquerda, representada por Petro, e o restante de centro-direita e direita.

São eles: a relação da Colômbia com os Estados Unidos e com a vizinha Venezuela; o combate à pobreza; o tráfico de drogas; a violência de dissidentes guerrilheiros das Forças Armadas Revolucionárias da Colômbia (FARC), que foram um grupo armado durante mais de 50 anos até a assinatura do Acordo de Paz, em 2016, e do grupo em vigor Exército de Libertação Nacional (ELN).

PÁGINA BÍBLICA

João e o Diálogo com a comunidade

Seguimos nas análises de Sandro do Evangelho de João.

SANDRO GALLAZZI*

1.2.3 O diálogo com a comunidade do discípulo amado

A perseguição que estava por chegar estava, como vimos, levando as comunidades a encontrar uma organização diferente da vida da comunidade. Uma organização que permitisse conviver com o império e ter uma vida sossegada.

As respostas de Jesus aos seus, diante deste desafio, João as concentra em redor da mesa na última ceia. É o diálogo com a comunidade do discípulo amado. (Jo 13 a 17)

* **Para derrotar as tendências de reduzir tudo a um rito**, João nem fala da ceia, da eucaristia. O único que vai receber o pão será o traidor:

Logo depois de engolir o pão, Satanás entrou nele. (Jo 13,26-27)

* **Para evitar a tentação** de constituir uma estrutura hierárquica, João substitui a eucaristia pela narração do lava-pés, que Pedro não consegue entender, mas que é a única maneira de entrar no Reino. Não se trata de "lavar os pés aos santos", como dizia 1Tm 5,10. É um santo que lava os pés da comunidade:

Se eu, Senhor e Mestre, lavei-lhes os pés, também vocês devem lavar os pés uns aos outros (Jo 13,14).

Comer o pão sem entender o serviço é o mesmo que trair Jesus.

* **Para superar a tentação de construir doutrinas**, acumular mandamentos, defender as verdades, João nos diz, de uma forma simplíssima:

Dou-lhes um mandamento novo: que se amem uns aos outros como eu os amei... Nisto conhecerão que são meus discípulos, se vocês se amarem uns aos outros. Este é o culto, a doutrina, a moral cristã!

Por isso somos perseguidos, por isso o mundo nos odeia, por isso quem nos mata pensa que está prestando culto a Deus. Não somos mais deste mundo, temos outra lógica, outro projeto. Daí a razão da perseguição. (Jo 13,34-35)

Mas nem por isso devemos tremmer. Sempre teremos conosco o Consolador, o Espírito que nos sustentará na (Jo 15,18-16,4) luta, que nos acompanhará ajudando-nos sempre a discernir o caminho porque manterá viva em nós a memória de Cristo. (Jo 16,5-15)

Disse-lhes estas coisas para que tenham paz em mim. No mundo terão aflições. Mas coragem! Eu venci o mundo. (Jo 16,33)

João) aparecem mulheres no Evangelho:

Maria, a mãe, em Caná, nas bodas (Jo 2,1-11).

- a samaritana (Jo 4,4-12)
- a adúltera (Jo 8,1-11)
- Marta de Betânia (Jo 11,18-28)
- Maria de Betânia (Jo 11,29-32 e Jo 12,1-8)
- Maria, a mãe, aos pés da cruz (Jo 19,25-27)
- Maria Madalena no jardim (20,11-18)

É importantíssimo e decisivo notar que estas mulheres sempre ocupam

a partir daquela HORA. Não se trata de receber uma pobre viúva desamparada. Trata-se de estabelecer relações mãe/filho. Nunca se deve deixar de fora uma mãe, deve-se ouvi-la. A mulher é autoridade.

Por isso Maria Madalena, no jardim da ressurreição, abraçada novo Adão, passa a ser a anunciadora do Evangelho. Nos sinóticos as mulheres eram portadoras de um recado aos apóstolos: "Ele vos precede...".

Em João, Maria é a apóstola que anuncia o Evangelho (Jo 20,17): Meu Pai é vosso Pai, meu Deus é vosso Deus. É o mesmo Evangelho que nos foi anunciado desde o começo, no prólogo: Quem crê nele se torna filho de Deus. (Jo 1,13).

Assim também a samaritana, no poço de Jacó, ouvinte privilegiada, transformou-se em anunciadora da profecia de Jesus, do que é a verdadeira adoração: não se trata de altares, templo ou sacerdotes. É em **espírito e verdade** que se deve adorar.

Templo que é, também, questionado no episódio da adúltera que os escribas e fariseus querem condenar à morte durante a festa do perdão. Jesus vai obrigar os puros a abandonar o templo para que a mulher possa a novidade verdadeiramente libertadora, sem sangue, sem

oferendas, sem opressão: Nem eu te condeno. Vai em paz e não peques mais. (Jo 8,11)

Entretanto a grande novidade eclesial está no fato de João colocar na boca de Marta de Betânia a afirmação de fé que foi de Pedro. A proclamação da fé, que é a pedra fundamental da eclesia, sai da boca de uma mulher (Jo 11,27):

Sim, Senhor, eu creio firmemente que tu és o Cristo, o Filho de Deus, que vies-te a este mundo. (Mt 16,16)

Por isso João transforma a memória da mulher de Betânia. Lembram-se? Aqui a mulher tem nome, é Maria e o que ela faz é diferente:

Ungiu os pés de Jesus e os enxugou com os cabelos. (Jo 12,3)

Ilustração: Cerezo Barredo



A vida eclesial passa necessariamente pela mulher. Somente ha verá eclesia se a mulher estiver na comunidade em pé de igualdade com o varão, com as mesmas responsabilidades e tarefas. Do contrário, teremos uma sinagoga, não uma eclesia.

João o sabe muito bem.

Conformar-se com o "mundo" (por trás desta palavra está tudo que é contrário ao projeto de Jesus), para não sofrer perseguição, é deixar as mulheres caladas, sem ação na comunidade, apenas preocupadas com a casa, o marido e os filhos, permanentemente inferiores, submissas...

Não é esta a eclesia que João quer viver. A memória de Jesus nos questiona: Sete vezes (é a característica de

um lugar central: aqui, mais do que nos sinóticos, exercem um papel eclesial fundamental.

Maria é simplesmente a MULHER. É ela que, em Caná, apressa a chegada da HORA, obrigando Jesus a manifestar o novo que veio trazer. Para Maria a HORA chega quando alguém precisa. Em Caná a mulher resume tudo que deve dizer quem está dirigindo uma comunidade:

Façam tudo que ele lhes disser. (Jo 2,5)

Esta é a função da autoridade na eclesia.

Por isso, o "discípulo amado" aos pés da cruz, quando chegou a HORA DE JESUS, ouviu como última vontade de Jesus a de receber a mulher como mãe em sua casa. A mãe que fez chegar a HORA de Jesus vai fazer chegar a nossa HORA,

EXPERIÊNCIA

Autocuidado é existir para resistir!

O autocuidado e o cuidado coletivo se nutrem mutuamente. É no coletivo que somos presença junto aos povos que precisam de apoio e nos nutrimos de vínculos e forças para enfrentarmos as ausências nas experiências individuais que, na caminhada, muitas vezes, nos impedem de seguir. Mas, também, é na solidão que nos encontramos internamente e ampliamos as possibilidades de existir, resistir, persistir e esperar. Encontrar o equilíbrio no cuidar individual e coletivo é o processo que nos fará permanecer, nos transformar e transformar o mundo e, assim, fortalecer a própria luta. É conhecendo-se que se conhece o outro, e se constrói vínculos, que gera autonomia, conectando o autocuidado à luta política.

A jornada da militância dos e das lutadores e lutadoras do povo é minimizada pelas ações de engajamento comunitário que são realizadas. Infelizmente, não é dada a importância ao que esses e essas vivem e sentem. Eles e elas seguem com seus corpos congelados, tensionados e adoecidos, conduzidos restritamente pelo ideal de que o “o importante é a causa”. Sim, a causa é importante, mas não menos importante também é quem a defende. É um equívoco negarmos nossas emoções, sentimentos e inseguranças frente aos conflitos em que somos testemunhas. A caminhada junto aos povos do campo, das águas e das florestas é transformadora tanto para quem vivencia na pele esses conflitos, ameaças e conquistas nos territórios, quanto para quem acompanha essas experiências de um outro lugar. De ambos os lugares, os corpos estão sendo afetados diretamente, mas, quem cuida de quem cuida? Nestas pessoas, as cargas se acumulam trazendo peso, dor, cansaço, desgaste físico, psíquico e emocional e “precisam” manter-se bem para fazer o bem, ou por vezes se passar por “preciso mostrar a todo momento que estou bem”. Estas são constatações que encontramos nas rodas de conversas, nos encontros, nas partilhas dos grupos com homens e mulheres que atuam na defesa desses povos.

Como cuidar do outro, da outra se eu não estou bem? O que posso oferecer ao meu próximo se carrego o fardo de dor, cansaço, exaustão, sobrecarga e, muitas vezes, medo? Como posso levar acolhida, entusiasmo, solidariedade aos povos que trabalhamos se nós estamos constantemente nos mostrando firmes e fortes,



Foto: Cristiane Passos - CPT

mesmo quando estamos destruídos por dentro?

É importante reconhecer nossos limites. Entender que existem coisas que não conseguiremos dar conta e que é sincero e leal conosco delegar a outra pessoa algo que, no momento, não podemos dar a devida atenção. Um exercício possível é começar a buscar estratégias de autocuidado para lidar melhor com a responsabilidade que nos comprometemos, sem se auto flagelar. Observar aquilo que fazíamos e nos proporcionara um lugar de conforto e, agora, já não nos dedicamos mais. Procurar a beleza não apenas no trabalho que desenvolvemos, mas nas atividades triviais do dia a dia que fazemos porque gostamos, nos faz bem.

Organizar e tornar a reorganizar a casa interior facilita resolver os imprevistos, pois teremos ferramentas mais eficazes para superar as dificuldades, desenvolvendo maturidade emocional, pessoal e com nossas ações e deveres.

É nosso dever cristão servir. É nosso dever cristão amar o próximo. Amar o outro é para nós uma missão de vida, está entranhado em nossos corpos, ações, emoções e sentimentos. E quanto a amar a si mesmo? “Ame o próximo como a si mesmo” (Mt. 22:39) é o segundo maior mandamento cristão, eu preciso me amar tanto quanto amo o outro, a outra, para poder dedicar esse amor. Cuidar de si é cuidar do outro, da outra, e cuidar do coletivo.

Autocuidado e cuidado coletivo não é moda, não se trata de beleza e estética e, muito menos uma prática limitada

às elites. É muito maior que isso. É sobre autoconhecimento, autoamor (amar-se). É sobre olhar para si e entender seus processos, aceitar suas dores e curar as feridas que lhe foram impostas pela vida, pelo trabalho, pelas relações, pela rotina, pelas cobranças, pelos conflitos e suas tensões. É lugar de cura, regeneração e restauração. Ao mesmo tempo é um método e uma estratégia para seguirmos transformando o mundo e a nós, sãos e sãs, rumo à terra sem males. Ao cuidarmos de nossos corpos, nos apoiamos, nos fortalecemos e somos ternura e resistência até as últimas consequências.

Foi partindo desse olhar que a CPT incluiu em seu planejamento, como prioridade de formação, a prática de autocuidado, através da Técnica de Redução de Estresse - TRE. Ela é considerada uma prática integrativa complementar, desenvolvida pelo Dr. David Barcelli, a partir de sua experiência em situações de guerra, onde percebeu-se nas pessoas, que seus corpos reagem de maneira semelhante com um tremor involuntário. Entendeu-se que essa reação se tratava de um reflexo natural e transcultural de sobrevivência diante de tensões e/ou violências.

Dada a realidade de acompanhamento de conflitos no campo, tensões e desafios de uma ação pastoral subversiva e de fronteira, a coordenação nacional da CPT decidiu incentivar a formação em TRE para duas turmas de agentes liberados e voluntários, tendo a primeira turma iniciado em 2016 e a segunda, em 2019.

A partir dessa experiência, vários regionais começaram a aplicar a técnica em encontros, assembleias e grupos, como ferramenta de cuidado e autocuidado. Outros processos começaram a se desenvolver nos regionais, com vivência de outras práticas de autocuidado, tais como massoterapia, reiki, terapia comunitária, biodança, etc.

Quando realizamos regularmente essa técnica é possível perceber sintomas relacionados a questões físicas, emocionais e comportamentais, decorrentes de tensões geradas por situações da vida em geral, acidentes, desastres naturais e violências, tais como aquelas que diariamente os agentes da CPT vivenciam em suas comunidades. Entre os participantes das turmas de TRE promovidas pela CPT, vários são os relatos da redução desses sintomas em seus corpos além do ganho de qualidade de vida.

Assim, a TRE contribui para que pessoas de todas as idades e classes sociais possam regenerar forças e recriar energias - lembremos as palavras de Gandhi, quando nos diz que “É nas quedas que o rio cria energias”. Além disso, a técnica é acessível a todas as pessoas que desejam se cuidar, e não um privilégio de algumas classes. É um instrumento possível a todos e todas que se permitem cuidar. E cuidar da vida é um chamado ético.

O sistema de vida está completamente ameaçado. A vida já não é mais amada, protegida, cuidada. A sociedade sacrifica a vida no altar dos mercados econômico e financeiro, que, para garantir a acumulação desenfreada expõe milhões de vidas humanas e milhões de espécies da biodiversidade.

Essa existência enquanto ser no mundo junto com os outros, nos coloca em inter-relação direta e constante, na vivência cósmica de Pathos (sentimento de base pela qual somos afetados e afetamos tudo que nos cerca), conforme nos ensina Leonardo Boff. Isso demanda de nós um caminho de cuidado, de responsabilidade e amor conosco (individual e coletivamente), para que possamos viver na justiça, na cooperação e na paz, no interior da casa comum dos homens e mulheres. É tempo de cuidado, vamos juntos e juntas fortalecer e praticar o autocuidado!

Foto: CPT Nordeste II

MEMÓRIA



No dia 04 de abril, nosso companheiro e irmão Padre Tiago Thorlby, nos deixou. Padre Tiago Trovão, como era chamado pelas famílias da Zona da Mata de Pernambuco, segue conosco, assim como tantos/as mártires da Terra que alimentam a nossa mística e nossa força para “balançar o coreto” e viver a partilha e a solidariedade para construir o Reino de Deus na Terra. Padre Tiago, obrigada por seu exemplo de amor radical ao povo do Caminho! Padre Tiago Trovão, presente, presente, presente!

Assine ou renove sua assinatura

Nome: _____
 Endereço: _____
 Exemplares: _____

Assinatura anual:

- Brasil R\$ 10,00
- Para o exterior US\$ 20,00

Pagamento pode ser feito através de depósito no Banco: Caixa Econômica Federal, Agência: 4520 - Conta Corrente: 648-6 - Comissão Pastoral da Terra
 CNPJ/PIX: 02.375.913/0001-18
 Informações cpt@cptnacional.org.br

COMISSÃO PASTORAL DA TERRA

Secretaria Nacional: Rua 19, nº 35, Ed. Dom Abel, 1º Andar, Centro.
 CEP 74.030-090 – Goiânia, Goiás

CORREIOS
Mala Direta
Postal Básica
 9912277124-DR/GO
 COM. PAST. DA TERRA

IMPRESSO

VIA AÉREA